



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - 14801-425 - SP

1

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

Processo nº: **0012149-24.2017.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**  
 Documento de Origem: **IP - 185/2017 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de Araraquara**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Indiciado: **Wellyngton Willian Germano**  
 Vítima: **Saúde Pública**  
 Artigo da Denúncia: **\***

Justiça Gratuita

Aos 13 de agosto de 2018, às 14:40h, na sala de audiências da 2ª Vara Criminal do Foro de Araraquara, Comarca de Araraquara, Estado de São Paulo, sob a presidência da MMa. Juíza de Direito Dra. **ANA PAULA COMINI SINATURA ASTURIANO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, presentes o representante do Ministério Público Dr. **Marinaldo Bazilio Ferreira** e o Defensor Público Dr. **Frederico Teubner de Almeida e Monteiro**. Ausente o acusado **Wellyngton Willian Germano**. Iniciados os trabalhos, foi dada a palavra ao Defensor Público para apresentação da defesa prévia. Pelo Dr. Defensor Público foi dito: "MMa. Juíza, o réu é inocente. Aguardo a conclusão da instrução probatória para manifestação definitiva.". **Pela MMa. Juíza foi proferida a seguinte decisão:** "Vistos, etc. Havendo nos autos prova sumária da materialidade e indícios suficientes de autoria, **recebo a denúncia** oferecida contra **Wellyngton Willian Germano**. Cumpra-se o disposto no item 22, do Cap. V, das N.S.C.G.J. **Em seguida**, pela MMª. Juíza foi determinado que o processo seguirá na ausência do réu, nos termos do artigo 367, do CPP, tendo em vista que **embora regularmente citado e intimado pessoalmente (fls. 136/137) para os atos deste processo, deixou de comparecer sem motivo justificado a esta audiência**. **Em seguida**, foram ouvidas as testemunhas, José Luís Neiva e Rogério de Godoy, por meio de gravação audiovisual diretamente no Sistema Saj. Não havendo mais provas a serem produzidas, foi dada por encerrada a instrução e determinado que se iniciassem os debates orais. **Dada a palavra à**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - 14801-425 - SP

**2**

**representante do Ministério Público, por ela foi dito:** "Egrégio Juízo:- WELLYNGTON WILLIAN GERMANO está respondendo a esta ação penal sob a acusação de prática do crime de porte ilícito de droga para consumo próprio. O processo teve regular tramitação. É o brevíssimo relatório. Penso que há provas suficientes para a condenação do réu, conforme pleiteado na prefacial. Com efeito. Vejamos: A materialidade do fato criminoso está bem provada por intermédio do auto de exibição e apreensão de fls. 14/16 e do laudo de exame químico-toxicológico de fls. 46/47. No tocante à autoria da referida infração penal, o acusado, ao ser interrogado na Polícia Judiciária (fl. 09), admitiu estar de posse do cânhamo ('maconha') apreendido consigo, aduzindo que dele faria uso. Em Juízo, tornou-se revel. A sua confissão extrajudicial está em consonância com a prova testemunhal produzida no contraditório constitucional. Veja, as testemunhas Rogério de Godoi e José Luís Neiva, que são Policiais Militares, quando ouvidas em Juízo, nesta audiência, sem terem sido contraditadas, diga-se de passagem, o que empresta maior credibilidade aos seus depoimentos, informaram: QUE, realizando policiamento ostensivo, presenciaram o réu em um local onde há vendas de drogas, resolvendo abordá-lo por já ter passagem anterior; QUE, ao notar que seria abordado, o acusado tentou fugir, mas não logrou êxito: QUE, em revista pessoal, em seu poder, encontraram os referidos Milicianos cinco porções de cânhamo ('maconha'); e QUE, ao ser indagado a respeito, o réu lhes disse que tal alucinógeno por ele seria consumido, pois, seria usuário. Logo, não há a menor dúvida da ocorrência do crime em questão como também do envolvimento do acusado na sua realização, impondo-se, por isso, a sua responsabilização criminal. Na dosimetria das penas, há que se observar, na segunda fase da expiação, que o réu é reincidente (fl. 61, devendo a sua sanção básica, portanto, ser necessariamente ser agravada, *ex vi* do disposto no artigo 61, inciso I, do Código Penal. Vale dizer, que, por causa de sua recidiva (supra), não se mostra socialmente adequada, como resposta penal, a mera imposição da pena de advertência no caso *sub judice*. Em face de todo o exposto, requeiro seja julgada procedente a pretensão punitiva ministerial, condenando-se o acusado.". **O Dr. Defensor Público manifestou-se, nos seguintes termos:** "MMª Juíza, WELLYNGTON WILLIAN GERMANO vem sendo processado pelo crime previsto no artigo 28 da lei 11.343/06. DOS FATOS: não há prova de que o entorpecente pertencesse ao réu. A confissão restou isolada no contexto



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - 14801-425 - SP

**3**

probatório. As provas sugerem dúvida quanto à posse da droga, vez que o réu transitava juntamente com seu irmão. Assim, peço a absolvição do réu. Caso condenado, em que pese a reincidência, em atenção à pequena quantidade de droga, Alternativamente, pede-se aplicação da pena de advertência sobre os efeitos das drogas, por ser adequada e suficiente ao caso." **Por fim, pela Magistrada foi proferida a r. sentença: "Vistos.** Dispensado o relatório, nos termos do § 3º do artigo 81 da Lei 9.099/95, apenas se faz menção que **WELLYNGTON WILLIAN GERMANO** foi denunciado como incurso no art. 28, *caput*, da Lei 11.343/06, porque, no dia 05 de outubro de 2017, por volta das 08h20, na Avenida Leonardo Gomes, nº 1.314, Jardim Roberto Selmi Dei, nesta cidade Araraquara, trazia consigo, para consumo pessoal, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, aproximadamente 5,30 gramas de maconha (*Cannabis sativa*), substância capaz de causar dependência. A ação penal é procedente. A materialidade delitiva veio demonstrada pelo auto de exibição e apreensão e laudos de exame químico-toxicológicos - positivo para "maconha". A autoria também é certa. Os policiais ouvidos em juízo confirmaram que o acusado estava na posse da droga no momento da apreensão, tendo admitido que a mesma seria destinada ao seu próprio uso. O réu não compareceu em juízo para ser interrogado. Com efeito, considerando o conjunto fático-probatório produzido no processo denota-se que o denunciado foi, de fato, surpreendido na posse da maconha apreendida, a qual era destinada ao seu próprio uso, não se podendo alegar insuficiência probatória. Ademais, há que se ver que já se firmou no Brasil o entendimento quanto ao não cabimento do princípio da insignificância mesmo nos casos em que a quantidade de tóxico é pequena. A própria doutrina e a jurisprudência têm decidido que a insignificância não está na quantidade da substância apreendida, mas sim na qualidade dela e na circunstância de perigo decorrente do fato (crime perigo abstrato). Além do mais, é característica essencial do mencionado delito a pequena quantidade da droga por se tratar de utilização individual. Portanto, o caso não é o de absolvição pela atipicidade do fato, pois, como visto, qualquer porção de entorpecente tem a sua relevância, e a posse, ainda que para o consumo pessoal, merece ser repelida pelo Estado. Nada obstante, há prova segura nos autos quanto à autoria e materialidade delitiva. A arguição de inconstitucionalidade do crime de porte de entorpecente para uso próprio sob a alegação de que contraria os princípios constitucionais citados pela Defesa



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - 14801-425 - SP

**4**

também não comporta acolhimento. A criminalização presente no art. 28 da Lei 11.343/06, que pune não o uso propriamente, mas sim as condutas de adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo drogas, mostra-se legítima por proteger o interesse social, que é a saúde pública, sem que isso represente ofensa aos princípios da intimidade e da vida privada. Além do mais, os princípios invocados não podem servir de fundamento para a prática de infração penal, não havendo que se falar em *bis in idem*. Assim, entendo o quadro probatório apresentado suficiente para a condenação do acusado. Passo a dosar as penas. Consideradas as peculiaridades do caso, entendo apropriada e suficiente a pena de advertência sobre os efeitos nocivos das drogas (art. 28, I, da Lei 11.343/06). Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação penal para condenar o réu **WELLYNGTON WILLIAN GERMANO** à pena de advertência sobre os efeitos nocivos das drogas, por infração ao artigo 28, *caput*, da Lei nº 11.343/06.". Proferida em audiência, dou por publicada a sentença e os interessados dela intimados. Anote-se. O Dr. Defensor Público manifestou o interesse em não interpor recurso; no mesmo sentido, o representante do Ministério Público. Pela Magistrada foi homologada a renúncia ao direito de recorrer pela Defesa e Acusação. Transitada em julgado, providencie-se o necessário. Após, arquivem-se os autos. Este termo é assinado eletronicamente pela MMª. Juíza, sendo dispensada pelas partes presentes neste ato a providência do artigo 1269, § 1º, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. Nada mais. Para constar, eu, (RAFP), digitei.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

MM. Juiz(a): Assinado digitalmente